

# SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DA EXPLORAÇÃO ACACHAPANTE AO CAPITAL ESCOLADO

**LUIZ FERNANDO LOURENÇO  
GUIMARÃES**

Especialista em Direito do Trabalho Contemporâneo e Processo do Trabalho pela UPF. Especialista em Direito pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Graduado em Direito pela PUC de Campinas. Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT da 4ª Região. Extensão acadêmica pela Harvard University, Universiteit Leiden, Wesleyan University, entre outras. Contato: lguimaraes@trt4.jus.br

**RESUMO:** Tradicionalmente, a melhoria das condições de trabalho foi resultado da larga atuação do movimento operário, que chamou o Estado para regular a exploração do trabalho, por meio da positivação de direitos. Atualmente, a tendência é a de que as greves percam muito de sua força e as megaempresas transnacionais transpassem em capital e poder muitos dos Estados Clássicos, que não mais apresentam a mesma firmeza na proteção do trabalho humano. O presente trabalho pretende justamente traçar com alguma minúcia o cenário da exploração do trabalho na Revolução Industrial, assim como demonstrar os fatores que levaram a normatização protetiva do trabalho humano. Na segunda parte do artigo, a discussão é trazida aos tempos atuais, na medida em que são traçadas considerações sobre as lições que o capital retirou de sua própria trajetória,

permeada pela luta de classes, ensinamentos estes que culminaram em novas estratégias flexibilizadoras e desmobilizadoras, com direito a sobreposição de cargos, apreensão da subjetividade de parte da classe operária, bem como largo uso de subcontratados. É o império do “soberano privado supra-estatal”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo Inglês. Capitalismo na América. Estratégias atuais do capital.

## 1. CONDIÇÕES DE TRABALHO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA E NA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO ESTADUNIDENSE

É o dia 14 de junho de 1699, uma data memorável para a história da humanidade, onde a Revolução Industrial Inglesa começa a dar seus primeiros passos, dia no qual Thomas Savery (1650-1715) faz a primeira demonstração de seu invento perante a prestigiada Royal Society, em Londres. Muitos dos presentes nem se deram conta, mas aquela máquina a vapor poria em curso uma das maiores transformações sociais a que se tem notícia e tudo começou com uma simples dificuldade ocasionada pelo acúmulo de água nas minas de carvão, a grande matriz energética da época.

Ainda que de forma rudimentar, pela primeira vez uma máquina se ativava automaticamente, poupando o esforço de vários homens. Ela foi patenteada um ano antes, em 02 de julho 1698 e, de tão importante, após a apresentação perante *Royal Society*, o Parlamento Inglês logo editou o “*Fire Engine Act*”, estendendo a proteção da patente por mais de 21 anos.

A sua bomba a vapor foi aprimorada por Thomas Newcomen, mas só ganhou larga possibilidade de uso industrial quando James Watt aperfeiçoou o projeto, incrementando o seu rendimento em 75% e adaptando o movimento de pistão para uso industrial, principalmente em teares mecanizados.

Se a máquina foi o estopim, parece justo afirmar que a Revolução Industrial não ocorreu na Inglaterra por um mero acaso, já que dependeu também de uma série de outros fatores presentes na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, fatores dos mais variados possíveis, tais como: grandes jazidas de ferro e carvão; boas reservas de capital em um setor financeiro já bem estabelecido; adoção do protestantismo, que não demonizava o lucro; além da *cultura individualista*, derivada da tradição britânica de reconhecimento de direitos individuais em face do poder estatal, cujo nascedouro remonta ao ano de 1215, com a assinatura da Magna Carta do Rei João sem Terra.

A máquina era a fagulha que ocorrera no lugar exato em que todos os fatores se conjugaram para produzir a maior revolução econômico-social que se tem notícia, adentrando o mundo numa nova era, a era da Revolução Industrial, que redesenhou a sociedade e passou a ser objeto de análise dos grandes pensadores da época.

Nesse sentido, anos mais tarde e já com o sistema capitalista bastante consolidado, um eminente filósofo alemão, Karl Marx, direcionou seus estudos para a Revolução que estava em curso. Marx viu um mundo polarizado, forjado pelas primeiras experiências industriais do início do Século XIX, onde a exploração desenfreada do proletariado era a tônica do incipiente sistema de produção capitalista. A divisão que resultara



da passagem do feudalismo para o capitalismo era clara, de um lado, os burgueses detentores dos meios de produção, e de outro, os proletários que por não possuírem os meios de produção se viram obrigados a vender seu único bem, qual seja, sua força de trabalho.

A máquina, para o capitalista, representava um alto investimento e deveria funcionar o maior tempo possível, mesmo porque poderia se tornar logo obsoleta, ante um novo maquinário mais eficiente. O trabalhador não representava um investimento, não havia porque com ele o burguês se preocupar, mesmo porque não faltavam trabalhadores substitutos. Com isso, o papel do trabalhador era simplesmente o de não atrapalhar a máquina, que não haveria de ser desligada pela extenuação do homem que a operava. O resultado é óbvio, espicharam-se as jornadas, que chegaram até 16 horas de trabalho por dia.

Os salários, que já eram ínfimos, estavam sujeitos a todos os tipos de multas, pelos mais variados e fúteis motivos, tais como: estar sujo, lavar-se no trabalho, deixar a janela aberta ou, simplesmente, assobiar no trabalho.

Na contramão da bonança sem precedentes dos ricos, os trabalhadores recebiam pequenos salários, que despencavam ano após ano, podendo-se citar uma redução do *“salário médio semanal dos tecelões manuais em Bolton de 33 shilings em 1795 e 14 shilings em 1815 para 5 shilings e 6 pence (ou mais precisamente, uma renda líquida de 4 shilings 1 ½ pence) em 1829-1834. [...] Mas havia um limite fisiológico nessas reduções, caso contrário os trabalhadores morreriam de fome, como de fato aconteceu com 500 mil tecelões manuais. Somente se o custo de vida caísse podiam também os salários cair além daquele limite”*. Ou seja, em menos de 40 anos, o salário líquido dos trabalhadores foi reduzido em 8 vezes.

E olha que do capitalista não se exigia muito, pois o preço de construção das fábricas era relativamente barato, já que *“em 1848, uma fábrica inteira de tecelagem, com 410 máquinas, incluindo o custo do terreno e dos prédios, podia ser construída por aproximadamente 11 mil libras”*.

Salários baixos significava que o homem adulto não teria como prover o sustento de sua família, o que o forçava a lançar mão do trabalho de sua mulher e de seus filhos, figuras mais domesticáveis pela capatazia. Isso interessava sobremaneira o capital, pois o trabalho das mulheres e crianças era menos remunerado do que o dos homens, sendo que as crianças podiam se espremer por espaços ínfimos, localizados dentro e dentre as máquinas, a fim de realizar serviços específicos de manutenção, lubrificação e limpeza. O resultado óbvio foi a exponenciação das mutilações e mortes de crianças no ambiente fabril.

Muito além dos eventos abruptos caracterizados pelos acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais eram um caso corriqueiro do ambiente industrial da época, afligindo quase que a totalidade dos trabalhadores de certos setores. Muitos são os relatos de silicose nas minas de carvão, de mercúrio intoxicante na indústria vidreira, contaminação por fósforo branco resultante de filamentos das lâmpadas, tuberculose na metalurgia, anemia na indústria de tecelagem, saturnismo na indústria de pinturas, entre outros.

Um bom exemplo vem da metalurgia, visto que *“até que o vapor fosse introduzido no trabalho, já no final do último século, a doença dos pulmões causada pelas partículas de aço e pó em suspensão no ar era conhecida apenas nas cutelarias de Sheffield”. Já em 1841, 50% de todos os polidores de metais com idade até 30 anos, 79% de todos eles com idade de 40 anos, e 100% deles com mais de 50 anos tiveram seus pulmões dilacerados por esta doença”*.

Esses eram os dois mundos da Europa, de um lado, o mundo da fartura e opulência, onde a Baronesa de Rothschild usou 1 milhão e meio de francos em joias no baile de máscaras do Duque de Orleans, em 1842, e de outro lado, o desespero e a fome assolavam o proletariado que vivia um verdadeiro processo de animalização, onde John Bright descreveu as mulheres de Rochdale: *“2 mil mulheres e moças passaram pelas ruas cantando hinos – um espetáculo surpreendente e singular – chegando às raias do sublime. Assustadoramente famintas, devoravam uma bisnaga de pão com indescritível sofreguidão, e se o pedaço de pão estivesse totalmente coberto de lama seria igualmente devorado com avidez”*.

Muito embora todo vitupério ao qual o operário estava exposto, fato é que o capitalismo pôs em marcha a mudança de paradigma, reordenando toda a sociedade, distribuindo novos papéis para novos atores. Após se consolidar no Velho continente, cruzou o oceano atlântico em busca do Novo Mundo.

Não é demais afirmar que a mesma exploração desenfreada do Velho Mundo também ocorreu na América, só que de forma tardia, pois os EUA precisaram primeiro se libertar do jugo Inglês, através da Guerra da Independência (1775-1783), para só depois consolidar o país pela Guerra da Secessão (1861-1865), que implementou definitivamente o modelo fabril-capitalista no Novo Mundo, capitaneado pelos Estados do Norte.

Surgiram, então, grandes capitalistas como John D. Rockefeller, do ramo petrolífero, proprietário da *Standard Oil*; Andrew Carnegie, dono da *Carnegie Steel Company*, manufaturando o aço; e J.P. Morgan, originariamente do ramo financeiro, mas que acabou por fundar a *General Eletric*, a fim de comercializar a recém-criada lâmpada elétrica de Thomas Edson.

Em tempos de capitalismo completamente desenfreado, onde a única coisa que importava era a multiplicação do capital, a fortuna dos três juntos chegou, em valores atualizados, ao impressionante valor de 1 trilhão de dólares, quantia que supera a riqueza dos 40 homens mais ricos de hoje.

Aliás, John D. Rockefeller foi de longe o homem mais rico da história, capitalizando um patrimônio de 660 bilhões de dólares, em valores de hoje.

Como era de se esperar, a bonança que soprou aos capitalistas americanos, não passou nem perto dos trabalhadores de suas fábricas, que eram submetidos a péssimas condições de trabalho, sendo que, apenas no ano de 1896, um em cada 11 operários de siderúrgicas iriam morrer no trabalho, se ativando em jornadas de 12 horas, por 6 dias de semana.

A truculência com os movimentos grevistas era a mesma da Europa. Para debelar uma greve na *Homestead Steel Works*, de propriedade de Andrew Carnegie, foram contratados 300 mercenários da guarda dos *Pinkerton's*, armados com rifles *Winchesters*, os quais, em 06 de julho de 1892, abriram fogo contra 2 mil trabalhadores que bloqueavam a entrada da fábrica, matando 9 deles. O episódio ficou conhecido como *Homestead Steel Strike* e é reconhecido como o segundo mais sangrento confronto trabalhista da história dos EUA.

Obviamente, o Estado só foi chamado depois do massacre, a fábrica foi reaberta e ninguém foi condenado pelas mortes, nem mesmo o Presidente da *Carnegie Steel Company*, Henry Frick, que contratou os pistoleiros.

Os grandes monopólios americanos só foram desmantelados com a eleição do Presidente Theodore Roosevelt, que recebeu o apelido de *Trust Buster*, por desafiar na Justiça os referidos monopólios, através da aplicação da lei conhecida como *The Sherman Anti-Trust Act*, de 1890. O primeiro dos monopólios a cair foi o das estradas de ferro, encabeçadas por J.P. Morgan, que foram desmanteladas pela Suprema Corte, em 1904, no caso denominado *The Northern Securities Case*. Já a decisão mais emblemática foi a que dissolveu a *Standard Oil*, de John D. Rockefeller, em 15 de maio de 1911. Foi um Presidente absolutamente incorruptível e a postura firme do Judiciário que frearam a atuação nociva dos grandes monopólios norte-americanos.

Em suma, tanto no Velho Mundo quanto no Novo Mundo, os primeiros capitalistas fizeram vistas grossas para os excessos que eram cometidos no ambiente fabril, onde eram empregados largamente crianças e mulheres, em ambientes altamente insalubres, durante jornadas extenuantes, por poucos salários. Esse, talvez, foi o primeiro erro cometido pelos detentores do capital, na medida em que as situações, de tão desumanas, aproximaram os trabalhadores em torno de uma causa comum, conscientizando-os da força de sua classe.

A união dos trabalhadores logo foi cooptada por movimentos de esquerda, cujo viés variava do moderado ao anarquista. Aliás, esse último chegou a dirigir sua indignação contra a própria máquina, promovendo revoltas para quebrá-las, podendo-se citar o movimento que veio a ser chamado de Ludismo, de 1812, comandado por Ned Ludd, contra a *Manufatura Cartwright*, no condado de York.

Como sempre fizera, o Estado não interferia na relação entre o capital e o trabalho, só o fazendo quando fosse necessário proteger a propriedade do burguês. Assim sendo, o Estado processou os ludistas da época, sendo certo que dos 64 acusados de participarem da quebradeira, 13 foram condenados à morte e 2 foram extraditados.

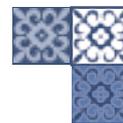
Em que pese os exageros cometidos pelos trabalhadores ludistas, a mensagem passada pelo Estado era clara, mais vale a máquina do burguês do que a vida do proletariado. Nesse sentido, ainda em 1812, o Parlamento Inglês aprovou o *Frame-Breaking Act*, tornando passível de pena de morte qualquer destruição de máquinas.

Mas isso não arrefeceu o desejo de melhoria dos trabalhadores, que passaram a organizar pequenos sindicatos e perceberam muito rapidamente que a função primordial do sindicalismo é a de criar risco para a atividade produtiva, com a utilização fundamentalmente do instrumento da greve. É o risco de paralisação que é precificável pelo empregador, que se vê obrigado a fazer pequenas concessões em prol da continuação da atividade produtiva, já que, como dizia Antônio Lamarca, “os empregadores não estão dispostos a conceder além do que a lei dá”.

A reação burguesa foi imediata, primeiramente ela influiu no Estado a fim de criminalizar os atos sindicais, podendo-se citar a *Lei Le Chapelier*, de 1791, na França, e o *Sedition Meeting Act*, de 1817, na Inglaterra.

Para Marx, agindo assim o Estado apenas cumpria o seu papel, já que “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Nada obstante, para acalmar os ânimos dos trabalhadores, o Estado, que juntamente com a burguesia vivia sob a ameaça constante do socialismo, gradativamente foi impondo limitações ao poder diretivo do capitalista, através da consagração, ainda que tímida, de direitos mínimos aos trabalhadores, principalmente



em relação à duração da jornada de trabalho e à exploração do trabalho da criança.

Nesse sentido, a doutrina costuma apontar a expedição do *Peel's Act* (1802), como o início de uma manifestação estatal protetiva. Referida lei fixou certas restrições à utilização do trabalho dos menores, definindo a condição de aprendiz até os 21 anos, proibindo o trabalho noturno das crianças, limitando a jornada em 12 horas diárias e tomando alguma providência no sentido de se garantir uma educação básica aos aprendizes.

Não parece, todavia, que a lei tenha surtido o efeito esperado, como demonstra a transcrição trazida por Leo Huberman, sobre o depoimento de John Moss ao Parlamento do Reino Unido, em 1816, o qual afirma:

Eram aprendizes órfãos? - Todos aprendizes órfãos.  
 E com que idade eram admitidos? - Os que vinham de Londres tinham entre 7 e 11 anos. Os que vinham de Liverpool, tinham 8 a 15 anos.  
 Até que idade eram aprendizes? - Até 21 anos.  
 Qual o horário de trabalho? - De 5 da manhã até 8 da noite.  
 Quinze horas diárias era um horário normal? - Sim.  
 Quando as fábricas paravam para reparos ou falta de algodão, tinham as crianças, posteriormente, de trabalhar mais para recuperar o tempo parado?  
 - Sim.  
 As crianças ficavam de pé ou sentadas para trabalhar? - De pé.  
 Durante todo o tempo? - Sim.  
 Havia cadeiras na fábrica? - Não. Encontrei com frequência crianças pelo chão, muito depois da hora em que deveriam estar dormindo.  
 Havia acidentes nas máquinas com as crianças? - Muito frequentemente.

Ainda que com algum descumprimento, fato é que a organização dos trabalhadores e sobretudo as greves organizadas pelos sindicatos começaram a encontrar algum eco na legislação estatal.

Segadas Viana relaciona as seguintes leis que marcaram a evolução da legislação:

a) Inglaterra - organização legal para garantir a liberdade dos operários (1833); criada a inspeção nas oficinas (1833); lei de 10 horas de trabalho (1847); adotada a jornada de 8 horas de trabalho em Liverpool (1890); aprovada a lei de acidente de trabalho (1897);

b) França – jornada de 10 horas de trabalho em Paris e 11 no resto do país (1848); reconhecimento do direito de greve (1864); votação da lei de 8 horas de trabalho (1919).

Esse primeiro período do capitalismo foi marcado, então, pela exploração em massa de um trabalho prestado em condições desumanas, pela produção de uma riqueza incalculável concentrada nas mãos da burguesia e, mais ao final do período, pela gradativa ampliação da legislação protetiva do trabalho,

conquistada a duras penas pela luta de classe promovida pela mobilização do proletariado.

## 2. ESTRATÉGIAS DO CAPITALISMO EM TEMPOS MODERNOS. O CAPITAL ESCOLADO

Aproximadamente 200 anos após a Revolução Industrial, as classes do capitalismo continuam detentoras de interesses inconciliáveis. De um lado, o capitalista segue perseguindo seu lucro, que tanto é maior quanto menores forem os salários de seus trabalhadores, maiores as jornadas de trabalho e maior a produtividade, elemento que pode estar ligado à tecnologia ou, na falta do incremento desta, à extenuação do empregado. Por outro lado, diminuição de salários, aumento de jornada ou maior extenuação no trabalho, são todos elementos que não interessam ao empregado.

Mas para entender bem as novas tensões e estratégias adotadas no capitalismo moderno, primeiro se faz necessária a compreensão de um conceito que parece novo, mas que já fora explorado no supracitado Manifesto Comunista, nos idos de 1848, qual seja, o conceito de crises cíclicas do capitalismo, pois ele é a chave para entendermos a passagem do *fordismo* para o *toyotismo*, bem como as novas estratégias de desmobilização e de subcontratação de empregados.

Com efeito, ao analisar o sistema de produção capitalista, Karl Marx logo se apercebeu das crises cíclicas que ocorriam no bojo do sistema, que se repetem e se aprofundam, chegando a vaticinar:

De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grandes quantidades de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.

De fato, as crises ocorreram periodicamente e de maneira reiterada, comprovando que o capitalismo é um sistema que alterna movimentos de expansão e euforia, com outros menos animadores, caracterizados pela retração e reflexão.

Crises como a das *Tulipas de 1637*, o *Pânico de 1873*, a *Grande Depressão de 1929*, a *Crise do Petróleo de 1973*, a *Bolha da Nasdaq de 2000*, a *Crise das Hipotecas de 2008*, a *Crise da Dívida Pública da Zona do Euro de 2010*, são apenas exemplos não exaustivos de momentos de retração do sistema capitalista.

Apenas para contextualizar, o *Pânico de 1873* foi causado, em parte, porque John D. Rockefeller construiu oleodutos para o escoamento de sua produção, deixando de usar trens para transporte dos produtos da *Standard Oil*, os quais representavam mais de 40% da carga dos trens. Imediatamente houve a quebra da Bolsa de Valores, onde  $\frac{1}{3}$  das mais de 300 ferrovias foram à falência. Na sequência, a derrocada provocou a falência do banco *Jay Cooke & Company*, que havia investido pesado nas ferrovias, fato que levou a crise para dentro do setor financeiro.

Tanto nessa crise como em muitas outras seguintes, parte do problema era evidente e residia justamente em desatrelar a produção real de riqueza dentro das fábricas, da produção especulativa de dinheiro no mercado de ações, isso potencialmente produzia dificuldades às empresas que não necessariamente existiam dentro dos portões de seu pátio industrial. Como exemplo, na iminência da Grande Depressão de 1929, só no dia 03 de outubro, “a *General Motors* perdeu 1,25 bilhões de dólares apenas na desvalorização de suas ações, sem ter tido qualquer prejuízo operacional ou fechamento de fábricas”.

Aliás, nessa mesma Grande Depressão de 1929, os relatos dão conta que no dia 29 de outubro, na que ficou conhecida sob a alcunha de “terça-feira negra”, 16 bilhões de dólares foram pulverizados antes do fim do dia, os papéis perdiam força como se estivessem queimado nas mãos de seus detentores, logo não serviriam para mais nada.

O relato social era igualmente desolador, sendo que, no auge da crise, em 1932, o cenário podia ser assim descrito:

Havia 14 milhões de desempregados, proporcionalmente muito mais do que qualquer outro país desenvolvido. Apenas em Nova York, havia 1 milhão de pessoas à procura de qualquer tipo de trabalho. Os sindicatos eram reprimidos com violência, contra qualquer tentativa de greve. Quarenta bancos faliam por dia, em média. A cada Natal, a partir de 1929, a polícia de Nova York prendia dezenas de pessoas que arrebentavam vidraças das delegacias em busca de uma cama protegida do frio para dormir. Uma das imagens que se tornou sinônimo da Grande Depressão de 1929 foi a distribuição gratuita de sopa às hordas de famintos. Somente Al Capone chegou a fornecer 120 mil refeições em Chicago, durante as seis primeiras semanas de funcionamento de sua caridade.

Modernamente, temos a consciência de que a ocorrência inexorável das crises cíclicas é fato endógeno ao capitalismo, chegando alguns economistas, como Joseph Schumpeter, Joseph Kitchen e Wesley C. Mitchell, a descrever modelos analíticos sobre os ciclos do capitalismo, compreendendo períodos de expansão e de recessão. Já que o Capitalismo nunca consegue se ver livre das crises, apenas alternando momentos economicamente bons e ruins, não seria exagerado dizer que a crise é estrutural. Ou seja, a recorrência das crises cíclicas demonstra que o problema é, na verdade, estrutural, é de essência.

Sendo verdade que a crises sempre ocorreram e ocorrerão, não menos verdade é que o capital desenvolveu meios de se adaptar aos solavancos da economia, em especial através de mudanças estruturais nos meios de produção.

Mesmo porque o marco histórico dos tempos modernos é a passagem do modelo clássico de produção *fordista/taylorista* (produção em massa de bens, longas filas de montagem, visando abastecer um consumo em massa), para um sistema de produção *toyotista*, sob uma concepção mais enxuta, utilizando-se de métodos como o *Just in Time* e o *Kanban*, onde a ideia base é a noção de flexibilidade.

Ao eliminar estoques e trabalhar com a premissa de só produzir o demandado, o *toyotismo* possibilitou que a indústria pudesse acompanhar as rápidas mudanças no padrão de consumo, fator mais condizente com um mundo globalizado e em constante transformação.

Parece claro, agora, que o modelo *fordista/taylorista*, que revolucionou o sistema de produção no início do século XX, não é o mais adequado para enfrentar ventos desfavoráveis, soprados em momentos de retração da economia, haja vista tanto o elevado custo para manter enormes quantidades de matéria prima, quanto o valor e espaço necessários para estoque do produto final, o qual só será plenamente consumido quando e se a economia se recuperar. O modelo *fordista* é ideal numa economia ideal, onde não se precisa diminuir a produção e nem se preocupar com a quantidade de bens produzidos, que sempre serão consumidos pelos consumidores



do mundo ideal, realidade bem distante do mundo em que vivemos, em especial nos tempos de crise.

Além da flexibilidade na produção, o *toyotismo* também subdividiu os trabalhadores em dois grandes grupos, de um lado os funcionários de maior ascensão, polivalentes, com maior estabilidade e qualificação, e de outro, os denominados “*chão de fábrica*”, trabalhadores precarizados, que vestem diferentes camisas, ora terceirizados, ora cooperados, cuja maior importância para o capital é a mobilidade de poder demiti-los em cenários recessivos, sem grandes custos trabalhistas, e contratá-los em momentos de expansão.

Um sistema de produção enxuto acarretou na sobreposição de níveis de comando, eliminando postos excedentes e favorecendo para que a supervisão seja introjetada na *subjetividade operária*. Tal ideologia de contornos psicológicos, apreende a subjetividade de parte da classe operária, especialmente a dos *colarinhos brancos*, que passam a se ver como parte da empresa, como colaboradores, como alguém de destaque e incluído no círculo empresarial, ainda que não recebendo os lucros do trabalho, como o fazem os capitalistas. Esse funcionário é na verdade um proletário, um trabalhador, mas que por estar tão distante de seu outro colega, o denominado “*chão de fábrica*”, acaba por não se ver como verdadeiro empregado, assumindo uma postura que repete o discurso e os interesses do capital. Ocorre, aqui, uma divisão entre os dois grupos proletários do *toyotismo*, fator de enfraquecimento da representação sindical e da luta de classes. É, sob uma roupagem nova, o velho postulado maquiavélico de dividir para dominar.

O supracitado enfraquecimento sindical é fato notório e alarmante, na medida em que, como visto na primeira parte do presente artigo, todas as conquistas históricas da classe trabalhadora, especialmente a melhoria das condições de trabalho, efetivada por meio de um cabedal legislativo protetivo, só foram possíveis a partir da estruturação de um movimento sindical sólido, capaz de deflagrar e manter greves.

Nesse sentido, a engenhosa divisão da classe operária promovida nos dias atuais, deve ser tida como uma das maiores ameaças aos direitos laborais, pois o único poder de barganha que o trabalhador realmente tem é o cruzar dos braços. Em outras palavras, a alienação de parte da classe operária (*os colarinhos brancos*) acarreta num enfraquecimento do sistema sindical, o que tende a diminuir o poder de barganha da greve, fator minorante dos possíveis prejuízos dos empregadores, que tendem a aumentar os esforços na apreensão da subjetividade de mais trabalhadores ainda.

Quanto ao “*chão de fábrica*”, esses cada vez mais dividem seus postos de trabalho com terceirizados, uma das formas de subemprego. Terceirizados não fazem greve contra o dono da fábrica, já que não são verdadeiros empregados do tomador do serviço. Ou seja, esta é outra partição da classe dos trabalhadores, é mais uma divisão criada pelo capital, que tende a inviabilizar as tão custosas greves do passado.

O chão de fábrica não terceirizado e que poderia, em tese, aderir a uma greve, também está sujeito à outra forma de pressão para dissuadi-lo de tal ideia. Trata-se do fantasma do desemprego, perfazendo a lógica: ou você cumpre as novas exigências ou outro assume o seu lugar. O desemprego está tão ligado ao capitalismo, que atualmente não há consenso se ele é conjuntural (fruto de fatos momentâneos) ou mesmo estrutural (faz parte da própria estrutura do capitalismo).

Por todos esses fatores, quer nos parecer que o *toyotismo* foi muito eficiente em lidar com a eventualidade das greves, quer nos parecer, ainda, que a própria greve tende a perder espaço no cenário do trabalho, o que é sempre perigoso ao trabalhador.

Em suma, atualmente o capital enfrenta os dissabores das crises cíclicas através: a) da manutenção de uma massa de desempregados, comumente conhecido como “*exército de reserva*”; b) do enfraquecimento do movimento sindical e de seu poder de barganha; c) da apreensão da subjetividade operária; d) da utilização de subempregados precarizados, passíveis de desligamento sumário em períodos de crise. A presente enumeração deveria, no mínimo, nos levar a indagar: Quem atualmente assume os riscos da atividade econômica?

Mas o capitalismo é um sistema prodigioso também em renovar as suas contradições. Como já fizera no passado, o capital arrojou ao máximo os salários dos trabalhadores que constituem a base do sistema produtivo, muito embora, paradoxalmente, o sistema é extremamente dependente do consumo desses próprios trabalhadores. Como consumir sem dinheiro? A resposta, nas palavras do crítico David Harvey, se deu através da facilitação do crédito, “*deixem que comprem à crédito*”, o que trouxe os bancos para o cerne da questão. Nesse sentido, o capitalismo está sobrevivendo na base do endividamento de seu mercado consumidor, fator de fomento de novas e maiores crises econômicas.

Ainda em relação ao capitalismo dos tempos modernos, é oportuno ressaltar que, contornadas as dificuldades em termos produtivo-financeiros, o capitalismo precisava agora se consolidar também no cenário político, necessitando de uma ideologia política própria, que o permitisse ingressar na “*conquista de novos mercados*” e na “*exploração mais intensa dos antigos*”, demonstrando que aprendera muito com a obra de seu maior crítico.

Com isso, ganhou força à doutrina do neoliberalismo, forjada no Consenso de Washington e encabeçada

por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que ditava princípios orientados para o mercado, especialmente implementados nos países que precisaram de financiamento do FMI, os quais, junto com o dinheiro, receberam a cartilha neoliberal. Suas bases eram: liberalização do mercado e do sistema financeiro, diminuição do intervencionismo estatal, privatizações, controle da inflação, fixação de preços pelo mercado.

Para Noam Chomsky, catedrático do MIT, para além de um consenso havia:

Os “grandes arquitetos” do consenso (neoliberal) de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião.

Fato é que a junção do novo sistema produtivo com a nova ideologia política redundou numa concentração de poder econômico inimaginável, produzindo empresas transnacionais extremamente poderosas, capazes de condicionar a atuação política, senão de todos, ao menos da maioria dos países.

A fim de contextualizar o poder do capital na formulação das políticas públicas, elaborou-se, no Apêndice, uma planilha que relaciona as 100 maiores economias mundiais, considerando os PIBs estimados dos países para 2012 e o faturamento das transnacionais relacionadas no ranking da *Fortune 500*, também para o ano de 2012.

Analisando a planilha percebe-se que as empresas, que representam interesses privados, ganham força em relação aos Estados, protetores dos interesses de toda a sociedade. Sobre o tema, o economista e ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, projeta o seguinte futuro:

As maiores EMNs (empresas multinacionais), portanto, são como países “pequenos”, pelo menos por enquanto, pois, nos últimos anos, as EMNs têm crescido muito mais que os países: as 100 maiores respondiam por 4,3% do PIB mundial em 2000, comparados com 3,5% em 1990. A diferença, cerca de 600 bilhões de dólares, corresponde aproximadamente ao PIB da Espanha. A tendência de crescimento do tamanho das EMNs relativamente ao dos países parece apenas se acentuar.

A conclusão é clara e opera no sentido de que a tendência num mundo globalizado é a de que as empresas suplantem economicamente a maioria dos países, pois seu faturamento tende a crescer mais rápido do que o PIB dos países, o que realça os interesses privados das multinacionais e degenera o poder de barganha de quem representa os interesses públicos.

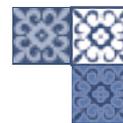
Aliás, o Ministro Luís Roberto Barroso chega a afirmar que: *“Quando a noite baixou, o espaço privado invade o espaço público, o público dissociara-se do estatal e a desestatização virara um dogma. O Estado passou a ser o guardião do lucro e da competitividade”*.

### 3. CONCLUSÃO

Tradicionalmente, a positividade dos direitos do trabalhador, que redundou na melhoria das condições de trabalho, foi fruto da atuação intervencionista do Estado nas relações de trabalho, chamado a atuar pela incessante luta direta da classe operária, que fez largo uso do instrumento de greve.

Modernamente, todavia, a atuação social pelo instrumento de greve, como visto, perde força, sendo que a atuação do Estado/Legislator, doravante subjugado pelas megacorporações privadas, tem se mostrado oscilante, ora pendendo pela proteção, ora para a flexibilização e desregulamentação dos direitos conquistados com tanta sofreguidão.

Por isso, no panorama social, a conquista e mesmo a manutenção de direitos trabalhistas parece estar sob peremptória ameaça, na exata medida em que a união de trabalhadores se mostra cada vez mais tênue e os Estados cada vez mais frágeis, atuando muitas vezes a serviço dos grandes conglomerados transnacionais. É o império do *“soberano privado supra-estatal”*.



## APÊNDICE

Relação: PIB<sup>1</sup> dos Países X Faturamento<sup>2</sup> das Multinacionais

	País <sup>3</sup> /Multinacional	Unidade	Escala	2010	2011	2012
1	European Union <sup>1</sup>	U.S. dollars	Billions		17,577.691	
2	United States	U.S. dollars	Billions	14,526.550	15,094.025	15,609.697
3	China	U.S. dollars	Billions	5,930.393	7,298.147	7,991.738
4	Japan	U.S. dollars	Billions	5,488.424	5,869.471	5,980.997
5	Germany	U.S. dollars	Billions	3,286.451	3,577.031	3,478.772
6	France	U.S. dollars	Billions	2,562.759	2,776.324	2,712.026
7	United Kingdom	U.S. dollars	Billions	2,263.099	2,417.570	2,452.689
8	Brazil	U.S. dollars	Billions	2,142.926	2,492.908	2,449.760
9	Italy	U.S. dollars	Billions	2,060.887	2,198.730	2,066.934
10	Russia	U.S. dollars	Billions	1,487.293	1,850.401	2,021.896
12	India	U.S. dollars	Billions	1,597.945	1,676.143	1,779.279
14	Spain	U.S. dollars	Billions	1,395.019	1,493.513	1,397.776
15	Mexico	U.S. dollars	Billions	1,035.400	1,154.784	1,207.820
16	Korea	U.S. dollars	Billions	1,014.890	1,116.247	1,163.532
19	Netherlands	U.S. dollars	Billions	780.719	840.433	802.070
21	Switzerland	U.S. dollars	Billions	527.920	636.059	620.903
22	Sweden	U.S. dollars	Billions	462.098	538.237	549.351
23	Poland	U.S. dollars	Billions	469.393	513.821	528.460
24	Norway	U.S. dollars	Billions	417.465	483.650	501.582
25	Belgium	U.S. dollars	Billions	470.222	513.396	496.767
28	Argentina	U.S. dollars	Billions	369.992	447.644	472.815
29	Exxon Mobil	U.S. dollars	Billions			452.926
30	Wal-Mart Stores	U.S. dollars	Billions			446.950
34	Colombia	U.S. dollars	Billions	287.249	328.422	378.713
36	Venezuela	U.S. dollars	Billions	294.735	315.841	337.433
40	Chile	U.S. dollars	Billions	216.091	248.411	272.119
41	Greece	U.S. dollars	Billions	305.415	303.065	271.112
46	Israel	U.S. dollars	Billions	217.445	242.897	245.955
47	Chevron	U.S. dollars	Billions			245.621
48	ConocoPhillips	U.S. dollars	Billions			237.272
51	Portugal	U.S. dollars	Billions	228.984	238.880	220.569
59	Peru	U.S. dollars	Billions	153.829	173.502	184.962
62	General Motors	U.S. dollars	Billions			150.276
63	General Electric	U.S. dollars	Billions			147.616
64	Iraq	U.S. dollars	Billions	81.112	115.388	144.214
65	Berkshire Hathaway	U.S. dollars	Billions			143.688
66	Fannie Mae	U.S. dollars	Billions			137.451
67	Ford Motor	U.S. dollars	Billions			136.264
69	Hungary	U.S. dollars	Billions	128.634	140.303	129.959
70	Hewlett-Packard	U.S. dollars	Billions			127.245
71	AT&T	U.S. dollars	Billions			126.723
72	Valero Energy	U.S. dollars	Billions			125.095
73	Angola	U.S. dollars	Billions	82.471	100.948	121.466
74	Bangladesh	U.S. dollars	Billions	105.560	113.032	118.416
75	Bank of America Corp.	U.S. dollars	Billions			115.074
76	McKesson	U.S. dollars	Billions			112.084
77	Verizon Communications	U.S. dollars	Billions			110.875
78	J.P. Morgan Chase & Co.	U.S. dollars	Billions			110.838
79	Apple	U.S. dollars	Billions			108.249
80	CVS Caremark International Business	U.S. dollars	Billions			107.750
81	Machines	U.S. dollars	Billions			106.916
82	Citigroup	U.S. dollars	Billions			102.939

83	Cardinal Health	U.S. dollars	Billions			102.644
84	UnitedHealth Group	U.S. dollars	Billions			101.862
85	Morocco	U.S. dollars	Billions	90.803	99.241	100.354
86	Slovak Republic	U.S. dollars	Billions	87.235	96.089	94.552
87	Kroger	U.S. dollars	Billions			90.374
88	Costco Wholesale	U.S. dollars	Billions			88.915
89	Freddie Mac	U.S. dollars	Billions			88.262
90	Wells Fargo	U.S. dollars	Billions			87.597
91	Procter & Gamble	U.S. dollars	Billions			82.559
92	Archer Daniels Midland	U.S. dollars	Billions			80.676
93	AmerisourceBergen	U.S. dollars	Billions			80.217
96	INTL FCStone	U.S. dollars	Billions			75.497
97	Marathon Petroleum	U.S. dollars	Billions			73.645
98	Ecuador	U.S. dollars	Billions	57.978	66.381	72.466
99	Walgreen	U.S. dollars	Billions			72.184
	American International Group	U.S. dollars	Billions			71.730

<sup>1</sup> Dados do Fundo Monetário Internacional, relatados no estudo World Economic Outlook Database, realizado em abril de 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org>>

<sup>2</sup> Dados coletados do ranking *Fortune 500*, publicado pela *Fortune Magazine*, para 2012. Disponível em: <[http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2012/full\\_list/](http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2012/full_list/)>

<sup>3</sup> Classificação dos países omitidos : 11 Canada; 13 Austrália; 17 Indonésia; 18 Turquia; 20 Arábia Saudita; 26 Irã; 27 Taiwan; 31 África do Sul; 32 Áustria; 33 Emirados Árabes; 35 Tailândia; 37 Dinamarca; 38 Malásia; 39 Nigéria; 42 Singapura; 43 Hong Kong; 44 Finlândia; 45 Egito; 49 Paquistão; 50 Filipinas; 52 Irlanda; 53 Argélia; 54 República Checa; 55 Kuwait; 56 Cazaquistão; 57 Qatar; 58 Romênia; 60 Ucrânia; 61 Nova Zelândia; 68 Vietnã; 94 Líbia; 95 Omã.